

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Cargo:

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova Escrita Objetiva P₁

Aplicação: 4/11/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cinquenta questões, correspondentes à prova escrita objetiva P₁, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2** Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3** Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5** A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 7/11/2006**, a partir das 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas escritas objetivas P₁ e P₂: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- II 8 e 9/11/2006** – Recursos (provas escritas objetivas P₁ e P₂): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- III 7/12/2006** – Resultado final das provas escritas objetivas e convocação para a inscrição definitiva: Diário Oficial da União, Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 5.ª Região e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1/2006 – TRT5.ª REGIÃO, de 21/6/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA ESCRITA OBJETIVA P₁

QUESTÃO 1

Uma autarquia pública federal que atua na área ambiental contratou servidores para prestação de serviços de análise de impacto ambiental no ano de 2000, por intermédio da empresa interposta Zegna. Tais servidores prestaram serviço à administração pública por 4 anos.

Em face dessa situação hipotética e de acordo com o direito administrativo brasileiro, assinale a opção correta.

- A Eventual inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa Zegna, em relação aos empregados que prestam serviço à autarquia federal, não pode implicar qualquer responsabilidade quanto à autarquia.
- B A contratação intermediada pela empresa Zegna foi irregular e não pode gerar vínculo de emprego com os órgãos da administração pública indireta, em decorrência do disposto na Constituição Federal.
- C Se a contratação dos trabalhadores da empresa Zegna tivesse ocorrido antes de 1988, ainda assim não se poderia falar em formação de vínculo empregatício com o tomador de serviço, no caso, a autarquia federal.
- D Para que se possam exigir as responsabilidades da autarquia federal em relação às obrigações previdenciárias decorrentes da relação de trabalho não cumpridas pela empresa Zegna, é necessário que se verifique se os empregados foram contratados para prestar serviços ligados à atividade-fim ou à atividade-meio da autarquia.
- E Se, na celebração do contrato, a empresa Zegna tivesse fornecido à autarquia federal trabalhadores para exercer apenas funções de conservação e limpeza, poder-se-ia invocar a formação de vínculo de emprego entre a autarquia e os trabalhadores da empresa Zegna.

QUESTÃO 2

Júlia, servidora pública, julgando ter completado as condições exigidas por lei, solicitou sua aposentadoria ao órgão da administração pública ao qual estava vinculada e obteve o benefício em 1991. Em 2003, Júlia foi surpreendida quando o Tribunal de Contas da União (TCU) negou registro da sua aposentadoria e determinou a suspensão do benefício, por entender que a servidora não detinha o tempo necessário à aposentadoria.

A propósito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O TCU não poderia agir do modo descrito, pois o direito da administração pública de anular seus próprios atos decai em 5 anos.
- B Na situação descrita, o preenchimento ou não do requisito tempo de serviço é uma questão de mérito, e não de legalidade.
- C Na situação em apreço, o TCU exerceu o controle interno dos atos da administração pública.
- D O ato de aposentadoria é ato composto.
- E Constatada a ocorrência de vício no ato concessivo de aposentadoria, torna-se lícito ao TCU recomendar ao órgão ou entidade competente que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.

QUESTÃO 3

A respeito da improbidade administrativa, assinale a opção **incorreta**.

- A O conceito de improbidade administrativa é mais restrito que o conceito de moralidade administrativa.
- B O alcance subjetivo da chamada Lei de Improbidade estende-se além do tradicional conceito de agentes públicos.
- C As atividades que podem vir a ser consideradas como atentatórias à probidade administrativa estão divididas em três grupos, quais sejam, as que importam em enriquecimento ilícito, as que causam prejuízo ao erário e as que violam os princípios da honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas.
- D Enquadra-se como ato de improbidade aquele que importa ou ameaça implicar prejuízo ou desfalque material ao patrimônio público, mas não aquele que afeta a credibilidade ou a honra objetiva das entidades públicas.
- E Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

QUESTÃO 4

Acerca do inquérito civil público, assinale a opção correta.

- A Não há requisitos formais a serem atendidos para a instauração do inquérito civil, tendo em vista que este é um procedimento pré-processual.
- B Todos os legitimados para a ação civil pública podem instaurar o inquérito civil.
- C A lei da ação civil pública não atribui a todos os ramos do Ministério Público o poder de instaurar e presidir inquérito civil público. Apenas a lei complementar do Ministério Público incumbe ao Ministério Público do Trabalho a competência de instaurar inquérito civil e de realizar outros procedimentos administrativos para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores.
- D Todas as pessoas podem provocar a iniciativa do Ministério Público para a instauração do inquérito civil público, sendo, no entanto, vedada ao servidor público e aos juizes a remessa de peças ao Ministério Público que possam ensejar tal instauração.
- E Ao final do inquérito civil público, várias possibilidades se abrem ao seu condutor: a realização de termo de ajustamento de conduta, o ajuizamento de ação civil pública, a expedição de recomendação ou mesmo o arquivamento.

QUESTÃO 5

O Ministério Público do Trabalho (MPT) apurou, durante um inquérito civil, que uma universidade pública vinha contratando terceiros para execução de serviços de construção civil, e que esses terceiros se utilizavam, para execução das obras de construção civil em favor da universidade, embora sem o consentimento desta, de serviços de empregados mantidos na informalidade, sem o registro do contrato de trabalho na carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrariando o disposto nos artigos 1.º, III e IV, e 7.º, I, da Constituição Federal. Constatou, ainda, que os contratados vinham sistematicamente descumprindo as mais elementares normas de medicina e segurança do trabalho nas obras que executavam para a universidade, como as de fornecer áreas de vivência adequada e equipamentos de segurança aos seus empregados, tendo sido observados e gravados, a título de exemplo, empregados trabalhando em escadas e andaimes precários, sem equipamentos de segurança contra quedas, e empregados se utilizando de canos de água de sanitários para suas necessidades de consumo de água.

O MPT firmou termo de ajustamento de conduta com a universidade, para que esta assumisse, sob pena do pagamento de multa, sua obrigação de fiscalizar, com maior rigor, a execução das obras de construção civil nas suas instalações, a fim de que não se mantivessem empregados sem registro do contrato de trabalho na CTPS, nem empregados que trabalhem em condições contrárias às normas de medicina e segurança do trabalho. Previu-se nesse termo, ainda, o compromisso da universidade de impedir o trabalho de empregados sem registro e(ou) em condições contrárias às normas de medicina e segurança.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Um ajustamento de conduta com o conteúdo e os objetivos descritos só pode ser realizado com o MPT, estando impedidos de ajustar tais compromissos os demais órgãos públicos legitimados para o ajuizamento da ação civil pública.
- B Caso seja descumprido o termo de ajustamento de conduta referido, em decorrência das obrigações que ali foram assumidas, as quais consubstanciam obrigações de fazer, o MPT deve ajuizar uma ação de conhecimento para fazer cumprir as obrigações referidas.
- C O termo de ajustamento de conduta firmado com o MPT exonera o compromissado, automaticamente, do pagamento de multas previstas na lei e a cargo da fiscalização do trabalho.
- D Os trabalhadores contratados que estavam sendo lesados com a conduta irregular da empresa contratada pela universidade, após firmado o termo de ajustamento de conduta entre esta e o MPT, ficam impedidos de cobrar individualmente as responsabilidades do contratante e subsidiariamente da universidade.
- E Caso seja descumprido o termo de ajustamento de conduta, o valor recolhido a título de multa deve ser destinado a um fundo compatível com o interesse lesado, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

QUESTÃO 6

Considere que o Poder Judiciário tenha anulado o tombamento de imóvel particular por entendê-lo desprovido de valor cultural. Em face dessa consideração e dos conceitos jurídicos sobre o mérito administrativo e o seu controle, assinale a opção correta.

- A A existência de valor cultural atribuído a um bem é matéria que não está sujeita à sindicabilidade do Poder Judiciário, por ser matéria de índole meritória na administração pública.
- B Como o tombamento é resultado de um processo administrativo que nasce e se desenvolve no âmbito da administração pública, a ingerência do Poder Judiciário nessa questão constituiria lesão ao princípio da separação dos poderes.
- C Se o Poder Judiciário invocasse o manifesto desvio de finalidade do ato de tombamento para desconstituí-lo, por restar provado que o tombamento deu-se em razão de perseguição ao particular, estar-se-ia diante de um vício de legalidade que autorizaria a ingerência do Poder Judiciário sobre o ato de tombamento.
- D O valor cultural de um bem é a finalidade ou o pressuposto de fato que serve de fundamento ao ato administrativo de tombamento.
- E No caso concreto apresentado, a discussão acerca da relação entre questões de mérito e de legalidade é de interesse meramente teórico.

QUESTÃO 7

Acerca dos bens públicos, assinale a opção **incorreta**.

- A Os bens das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como os bens de particulares que prestam serviços públicos, ainda que afetados, são penhoráveis.
- B A expressão domínio público apresenta extensão menor do que a expressão bem público, pois há bens públicos que ultrapassam a área do domínio público, por serem regidos por princípios de direito comum.
- C A formação do patrimônio público, o qual é constituído pelo conjunto dos bens públicos, é heterogênea, por decorrer da variedade das demandas operacionais da administração.
- D Por serem inalienáveis *a priori*, os bens públicos não se sujeitam a penhora e, portanto, a administração submete-se à disciplina de precatórios para o pagamento das suas obrigações.
- E Os bens públicos, por constituírem *res extracomercium*, não são suscetíveis à prescrição aquisitiva.

QUESTÃO 8

Um governador de estado da Federação, durante discurso para promoção de uma política pública, emitiu declarações ofensivas contra uma pessoa que se sentiu lesada patrimonialmente e moralmente. O ofendido promoveu ação de indenização contra o estado.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O governador utilizou-se abusivamente de sua qualidade de agente público e por isso fica afastada a responsabilidade estatal.
- B A ofensa irrogada em discurso é caso clássico de atuação com culpa, pelo que é incabível a responsabilização da pessoa de direito público em face do ato do governador.
- C O ente de defesa do estado deve aforar a competente ação regressiva contra o governador, em caso de o estado ser condenado a ressarcir o ofendido.
- D A ação de ressarcimento contra o estado pode ter por fundamento apenas o dano patrimonial, mas não o dano moral.
- E Incide, na situação considerada, a teoria do risco integral.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta acerca do poder de polícia.

- A A aplicação de multa por magistrado ao considerar os embargos de declaração manifestamente protelatórios configura ato de poder de polícia.
- B É possível a criação de taxas para custeio de serviços públicos efetivos, como as custas judiciais e os emolumentos, desde que fixados por meio de atos resolutivos das corregedorias de justiça.
- C A proporcionalidade é elemento essencial à validade de qualquer atuação da administração pública, salvo nos atos de polícia.
- D É inconcebível a instituição de taxa que tenha por fundamento o poder de polícia exercido por órgãos da administração compreendidos na noção de segurança pública.
- E O poder de polícia administrativo se confunde com a discricionariedade.

QUESTÃO 10

Julgue os itens que se seguem, acerca do direito de greve.

- I A simples adesão à greve não constitui falta grave.
- II Embora a regra do art. 37, VII, da Constituição diga que “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”, não se poderá, em princípio, ignorar o que estabelece também a Constituição, no tocante à definição de serviços ou atividades essenciais e atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, que sujeita os responsáveis pelos abusos cometidos.
- III O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a mora do Congresso Nacional, quanto à elaboração da lei que deveria reger os termos e limites do direito de greve dos servidores públicos.
- IV Eventual greve dos advogados públicos federais, que venha a colocar em risco a defesa do erário e, principalmente, do interesse público, constitui motivo de força maior suficiente para determinar-se a suspensão dos feitos que envolvam a União, suas autarquias ou fundações.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 11

Com base no conceito, na natureza, na autonomia, na flexibilização, na desregulamentação e nas fontes do direito do trabalho, assinale a opção correta.

- A O direito do trabalho é dividido em direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito processual do trabalho.
- B Segundo a corrente que situa o direito do trabalho como um direito unitário, prevalecem na legislação trabalhista normas de natureza direito público, sendo, portanto, esta a natureza do direito do trabalho.
- C A autonomia do direito do trabalho evidencia-se nos campos científico, doutrinário, legislativo e didático. No que concerne à autonomia científica, o direito do trabalho é considerado uma disciplina estanque, tendo em vista a peculiaridade de seus princípios e a singularidade de seus institutos, não sofrendo influência de outras ciências e disciplinas.
- D Um exemplo de flexibilização das normas trabalhistas, previsto na Constituição Federal de 1988, refere-se à possibilidade de majoração da jornada de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, mediante negociação coletiva.
- E O laudo arbitral não é considerado uma fonte do direito do trabalho.

QUESTÃO 12

Considerando as fontes formais do direito do trabalho, seu conceito, classificação e hierarquia, conflitos de normas e suas soluções; interpretação e aplicação do direito do trabalho, o papel da equidade e a eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço; revogação, irretroatividade e direito adquirido no direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- A O regulamento interno da empregadora não é considerado fonte formal do direito do trabalho.
- B A teoria do conglobamento é utilizada como método para se aferir a norma mais benéfica ao empregado.
- C De acordo com a legislação trabalhista vigente, a jurisprudência é uma fonte de integração da lei.
- D Se determinada pessoa física for contratada no Paraguai, por pessoa jurídica de nacionalidade paraguaia, para prestar serviços no Brasil, inexistindo qualquer dispositivo no contrato individual do trabalho regulando de maneira contrária, a norma trabalhista aplicável será a vigente no Brasil à época da prestação.
- E Havendo dois regulamentos estabelecidos pela empregadora, disciplinando as mesmas matérias, a opção do empregado por um deles importará a renúncia às regras previstas no outro.

QUESTÃO 13

José foi contratado em 22/8/2004, para trabalhar para a pessoa jurídica Zeta, que atua no ramo de turismo ecológico, na função de auxiliar de cozinha, no restaurante situado em hotel-fazenda administrado pela empregadora. Em virtude de o local de trabalho ser em área rural, Zeta fornece transporte aos seus empregados, na parte do trajeto que não é atendida por transporte público regular. Por força de acordo coletivo de trabalho, celebrado em 12/6/2004, o tempo despendido pelos empregados de Zeta no trajeto não servido de transporte público regular, em veículo por ela fornecido, não é considerado horas *in itinere*. José, após três anos de serviços prestados a Zeta, pediu demissão de seu emprego e a dispensa do cumprimento de aviso prévio, em virtude de já ter celebrado contrato de trabalho com empregadora situada próximo a sua residência.

Acerca dessa situação hipotética e com base no direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- A No que concerne aos empregados de Zeta contratados anteriormente a 12/6/2004, o tempo despendido no trajeto não servido por transporte público regular, em veículo fornecido por Zeta, poderá não ser considerado horas *in itinere*, bastando para isso que haja a renúncia expressa desse direito por cada um desses empregados.
- B O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho é princípio de âmbito constitucional no direito brasileiro.
- C A disposição contida no acordo coletivo de trabalho, firmado em 12/6/2004, que estabelece que o tempo despendido pelos empregados de Zeta no trajeto não servido de transporte público regular, em veículo por ela fornecido, não é considerado horas *in itinere* é nula de pleno direito.
- D O Ministério Público do Trabalho é parte legítima para propor ações que visem a declaração de nulidade de cláusula de acordo coletivo que viole direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.
- E Zeta está dispensada do pagamento das verbas pertinentes ao aviso prévio para José.

QUESTÃO 14

Paulo é trabalhador portuário avulso, na função de estivador, registrado no órgão gestor de mão-de-obra portuária (OGMP), do porto organizado de Alfa. O operador portuário Beta contratou o OGMP de Alfa para fornecimento de quinze trabalhadores avulsos para desembarcarem mercadorias de uma embarcação, tendo sido Paulo um dos designados para prestar esse serviço. Paulo, durante a prestação desse serviço, foi encontrado duas vezes sem estar utilizando os equipamentos de proteção individual, transgredindo norma prevista em convenção coletiva de trabalho de sua categoria e, por isso, recebeu repreensão verbal disciplinar do OGMP. Alguns meses após esse fato, Paulo e outros vinte trabalhadores avulsos constituíram sociedade cooperativa de mão-de-obra. A aludida sociedade cooperativa requereu sua pré-qualificação como operadora portuária, perante a administração portuária, que deferiu o pedido.

Com base nessa situação hipotética e na legislação trabalhista vigente, assinale a opção correta.

- A A prestação de serviços de Paulo para a operadora portuária Beta fundamenta-se em uma relação jurídica angularizada, na qual são partes Paulo, Beta e o OGMP de Alfa, que se consubstancia, na parte que vincula Paulo a Beta, em relação de emprego.
- B A aplicação da penalidade de repreensão verbal pelo OGMP contra Paulo revela a existência do poder disciplinar, um dos elementos que evidencia e caracteriza a subordinação jurídica, implicando a configuração de vínculo empregatício entre Paulo e o OGMP.
- C Constitui contrato de equipe a avença celebrada entre o operador portuário Beta e o OGMP de Alfa.
- D Tanto no trabalho avulso como no trabalho temporário inexistente subordinação jurídica.
- E Inexistindo qualquer irregularidade na aludida sociedade cooperativa de que Paulo participa ou na forma em que se dá a prestação de serviço, é correto concluir que não haverá vínculo empregatício entre ela e seus associados e, igualmente, entre estes e os tomadores de serviços da cooperativa.

QUESTÃO 15

A subordinação jurídica apresenta-se, na classificação de Von Tuhr, como uma obrigação patrimonial de prestação pessoal. Um dos elementos caracterizadores da relação de emprego, a subordinação é considerada pela doutrina prevalecente como uma situação jurídica. Algumas vezes evidente e em outras apresentando-se como leve traço, a doutrina italiana chegou a considerar a existência de um terceiro gênero, um modelo situado entre o trabalho subordinado e o autônomo: o trabalho parassubordinado. Afora o debate meramente didático, na prática judicial, muitas vezes, o magistrado depara-se com situações incomuns, que dificultam a constatação da relação empregatícia. Como exemplo, considere a seguinte situação hipotética.

José foi contratado pela pessoa jurídica Aga, que atua na área de desenvolvimento de *software* para instituições financeiras, para prestação de serviços de programador. No desempenho de suas funções, José tem a incumbência de desenvolver programa que será parte integrante de um *software* criado para sistema maior, normalmente um *home banking* ou para centrais de auto-atendimento bancário. O trabalho de José pode ser desempenhado em sua própria residência, desde que mantenha contato direto com os supervisores, por intermédio de um programa de transferência eletrônica de mensagens. A jornada de trabalho também pode ser definida por José, que deve apenas cumprir o prazo definido. José participa de todas as fases do processo de criação do *software* e, quando este passa a ser utilizado no mercado, permanece conectado à Internet e com uma linha telefônica exclusiva em sua residência para contatos a qualquer momento para resolver problemas que surgirem na execução do *software*, e que forem relativos à sua parte da programação. Se precisar sair de sua residência, José tem de portar, durante este período, telefone celular exclusivo, *bip* e *laptop*, conectado à Internet.

Com base nessas informações e acerca dessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A CLT não estabelece, expressamente, diferenças entre o trabalho realizado no estabelecimento empresarial e o desempenhado no domicílio do empregado, desde que presentes os pressupostos da relação de emprego.
- Ⓑ A subordinação jurídica é fonte de direitos e deveres para as partes da relação de emprego, atribuindo ao empregador os poderes de direção, controle e disciplinar e ao empregado os deveres de obediência, diligência e fidelidade.
- Ⓒ Para a caracterização da subordinação jurídica não é necessária supervisão técnica contínua, mas o que interessa é a possibilidade de o empregador intervir nas atividades do empregado.
- Ⓓ Se determinada instituição financeira possuísse o controle acionário de Aga, dirigindo e administrando os bens de Aga para a consecução de seus objetivos empresariais, ambos, para os fins da legislação trabalhista, seriam considerados empregadores de José.
- Ⓔ Pelo critério objetivista, são elementos caracterizadores da subordinação jurídica, no caso acima apresentado, a direção e a fiscalização exercidas por Aga sobre as atividades de José.

QUESTÃO 16

Davi possui diversas fazendas de cultivo de soja, no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Davi, objetivando expandir os seus negócios, constituiu a pessoa jurídica Teta Investimentos e Participações Ltda., de que é sócio majoritário. Teta adquiriu as pessoas jurídicas Gama Indústria de Defensivos Agrícolas Ltda. e Delta Indústria e Comércio de Sementes Ltda. Gama e Delta celebraram com Davi contrato de fornecimento de defensivos agrícolas, sementes e mão-de-obra e de acompanhamento das culturas de soja, vigente somente durante o período das safras. Gama e Delta possuem suas sedes no pólo industrial localizado na área urbana do município X.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A existência do grupo econômico impõe a responsabilização da pessoa jurídica principal e das controladas. Todavia, na execução trabalhista, somente poderá ser sujeito passivo a pessoa jurídica do grupo que tenha participado da relação jurídica processual, durante a fase de cognição.
- Ⓑ O contrato de fornecimento de mão-de-obra celebrado entre Gama, Delta e Davi consubstancia forma lícita de terceirização.
- Ⓒ Nos termos da legislação vigente, os empregados de Gama e Delta que prestarem serviços nas fazendas de Davi no acompanhamento das culturas de soja não serão considerados empregados rurais, mesmo na hipótese de, em uma demanda trabalhista, ser declarada judicialmente a ilegalidade da contratação por empresa interposta.
- Ⓓ O contrato de safra possui um elemento acidental em sua constituição.
- Ⓔ Davi é solidariamente responsável nas obrigações decorrentes da relação de emprego, pela ilicitude da contratação por empresa interposta e por sua condição de sócio majoritário de Teta Investimentos e Participações Ltda., que possui o controle do grupo econômico.

QUESTÃO 17

No tocante à terceirização no direito do trabalho, contrato de emprego e suas modalidades, seus elementos integrantes, e trabalho voluntário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O trabalhador temporário não tem direito a remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora de serviços.
- Ⓑ O contrato a termo será válido em se tratando de atividades empresariais de caráter transitório.
- Ⓒ Quando o prestador de serviços for ressarcido das despesas que comprovadamente realizar no desempenho de suas atividades, por força do contrato celebrado, isso não será considerado trabalho voluntário.
- Ⓓ O tomador de serviços não será responsável pelo adimplemento das obrigações trabalhistas do empregador, mesmo nos casos em que se constate a ilegalidade na contratação dos trabalhadores.
- Ⓔ Em se tratando de contrato a termo, a rescisão antecipada do contrato de trabalho, sem justa causa, dará direito ao empregado, a título de indenização, apenas ao recebimento de multa equivalente a 40% do saldo da conta vinculada do FGTS.

QUESTÃO 18

Felipe foi contratado pela pessoa jurídica Alfa para exercer a função de auxiliar administrativo, desempenhando suas atividades no departamento de recursos humanos da empresa. Seu regime de trabalho é de oito horas diárias com intervalo para refeição de duas horas, das 12 às 14 horas, de segunda a sexta-feira. Constantemente, Felipe trabalha em jornada extraordinária. Felipe também trabalha de quarta-feira a domingo como caixa de bilheteria de cinema, localizado em um *shopping center*, com jornada de trabalho que se inicia às 20 e termina às 24 horas. Felipe tem 17 anos de idade.

Com base na ordenação normativa vigente e com referência à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Felipe não poderia ser contratado para o desempenho de trabalho noturno. A decretação da nulidade do contrato celebrado entre a empresa administradora do cinema e Felipe produz efeitos *ex tunc*.
- Ⓑ De acordo com a legislação trabalhista em vigor, não é permitido o trabalho de menor em cinemas, ressalvada a hipótese de expressa autorização pelo Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente e desde que se certifique que o menor necessita do trabalho para sua subsistência ou a de seus familiares e que não advirá qualquer prejuízo à sua formação moral.
- Ⓒ É vedado o trabalho exercido por Felipe em sobrejornada, sendo nula qualquer convenção ou acordo coletivo de trabalho que verse sobre a prorrogação da jornada do trabalho do menor, ou que estabeleça regime de compensação de horas extraordinárias.
- Ⓓ O Conselho Tutelar e de Direitos da Criança e do Adolescente poderá adotar medidas de proteção ao menor, se verificar que Felipe está sendo prejudicado de qualquer forma em seus direitos fundamentais no exercício de tais atividades profissionais, não sendo sua decisão passível de ser revista judicialmente.
- Ⓔ O trabalho desempenhado por Felipe como caixa de bilheteria de cinema às quartas, quintas e sextas-feiras é considerado extraordinário.

QUESTÃO 19

Antônio trabalha como engenheiro agrônomo para a pessoa jurídica Ecto, tendo por objeto a pesquisa de variedade de gênero vegetal superior. Em dezembro de 2005, o diretor-geral de Ecto determinou que Antônio trabalhasse na pesquisa de alimentos transgênicos. Insatisfeito com a determinação, Antônio faltou à primeira reunião da equipe de pesquisa. Ao tomar conhecimento do fato, o diretor-geral de Ecto repreendeu verbalmente Antônio, condenando a sua postura. Decorridos quinze dias desse fato, Antônio recebeu advertência escrita pela falta à primeira reunião da equipe. Durante as pesquisas, com a alegação de que as atividades desenvolvidas no laboratório não podiam sair da empresa, o empregador realizava vistorias em todos os empregados. Após seis meses de pesquisa, Antônio obteve uma cultivar essencialmente derivada do arroz.

Acerca da situação hipotética apresentada acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Salvo disposição contratual em contrário, Antônio terá direito a percentual auferido pelo empregador, na comercialização da cultivar derivada.
- Ⓑ Foi ilegítima a aplicação da advertência escrita a Antônio.
- Ⓒ A falta de Antônio à reunião é considerada desídia e representa violação do dever de diligência do empregado.
- Ⓓ Desde que se limite ao âmbito da empresa, seja realizada em caráter geral, impessoal, respeitando ao máximo os direitos da personalidade, as revistas realizadas pela empregadora são permitidas pela legislação trabalhista vigente.
- Ⓔ De acordo com a teoria civilista, a natureza jurídica do poder disciplinar, exteriorizado na aplicação de medidas disciplinares, equipara-se às penalidades civis, previstas no contrato, e visam a garantia da execução das obrigações assumidas.

QUESTÃO 20

Cláudio trabalha para a pessoa jurídica Delta, na função de auxiliar de cargas, com jornada de trabalho de 8 horas e 48 horas semanais, com intervalo para repouso e refeição de uma hora, e remuneração de R\$ 1.200,00. Em virtude de acordo coletivo de trabalho, celebrado com o sindicato da categoria a que Cláudio pertence, foi adotado em Delta o regime de compensação de horas extraordinárias. Após seis meses de trabalho na função, Cláudio acumulou 27 horas suplementares não compensadas, momento em que passou a desempenhar as funções de auxiliar de cargas em regime de tempo parcial, com jornada de 4 horas e 22 horas semanais, e remuneração de R\$ 500,00.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A remuneração de Cláudio, no período em que desempenhou suas funções em regime de tempo parcial, está em valor superior ao mínimo legal permitido.
- Se Cláudio for demitido sem justa causa e, no ato da rescisão, ainda não houverem sido compensadas as 27 horas suplementares acumuladas, Cláudio terá direito ao pagamento das horas extras, calculadas com base no valor da remuneração que ele recebia à época em que tais horas foram efetivamente prestadas.
- Delta poderá requerer a redução do intervalo de uma hora para descanso e refeição concedido a seus empregados, que será deferida por ato do ministro do Trabalho quando, ouvida a Secretaria de Segurança e Higiene do Trabalho, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os empregados não estiverem sob regime de horas extraordinárias.
- A validade da mudança de Cláudio do regime integral para o regime parcial de jornada de trabalho independe de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- Se Cláudio, no período em que passou a desempenhar suas funções em regime de tempo parcial, tiver cinco faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo, terá seu período de férias reduzido pela metade.

QUESTÃO 21

Marcelo foi contratado pela pessoa jurídica Iota, para exercer a função de vendedor, recebendo salário fixo, acréscimo de comissão, vale-transporte e alimentação, e plano de saúde. Em virtude da habilidade de negociação, Marcelo foi designado pelo representante legal da empregadora como encarregado de compras, desempenhando tais atribuições duas vezes ao mês, continuando a exercer, todavia, a função de vendedor, nos demais dias. Marcelo era obrigado a usar terno e gravata no desempenho de suas funções, tendo direito a escolher dois conjuntos, bordados com o nome fantasia da empregadora, por semestre, custeados pelo empregador, em uma loja de roupas masculinas, previamente designada. Como encarregado de compras, Marcelo tinha de sair do estabelecimento empresarial, recebendo uma ajuda de custo, em valor equivalente ao total dos gastos semanais, despendido com combustível, consignados em notas fiscais emitidas por postos de gasolina credenciados pela empregadora. Em um domingo, após visitar seus familiares, Marcelo sofreu acidente automobilístico, perdendo a mobilidade de suas pernas.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A ajuda de custo que Marcelo recebe para pagamento dos gastos com combustível, possui natureza salarial, integrando a remuneração de Marcelo.
- Os conjuntos compostos por terno e gravata, pagos pelo empregador para Marcelo, possuem natureza salarial.
- O plano de saúde a que Marcelo tem direito em razão de seu contrato de trabalho não possui natureza salarial.
- Se Marcelo for readaptado para exercer nova função, em razão da deficiência oriunda do acidente automobilístico sofrido, atestada por junta médica da previdência social, sua remuneração somente poderá servir de paradigma para equiparação salarial se o pleiteante alegar que também foi readaptado à função em razão de acidente automobilístico.
- Não caracteriza acúmulo funcional o exercício da função de encarregado de compras, em virtude da eventualidade da prestação de tais serviços.

QUESTÃO 22

Jorge trabalha como radialista, para a pessoa jurídica Ômicron, na função de chefe do departamento de editoração de imagens, recebendo remuneração no valor de R\$ 3.500,00 mensais. Jorge inicialmente trabalhava na sede de Ômicron, situada no município W. Ao completar dezoito anos de idade, Jorge teve de afastar-se de seu emprego para cumprimento do serviço militar obrigatório. Após o período de prestação do serviço militar, Jorge retornou ao seu local de trabalho para ocupar novamente o seu cargo, tendo sido informado que todos os editores de imagens da empresa estavam desenvolvendo suas atividades em um estúdio de Ômicron, localizado no município Z, município contíguo a W, pertencente à mesma região metropolitana onde se localiza a sede de Ômicron, em razão da alienação do estabelecimento-sede e aquisição de outros dois escritórios. Jorge também foi informado que passaria a receber por tarefas, sendo garantido um valor mínimo de R\$ 1.000,00, em razão da perda de seu cargo de confiança e reversão ao anteriormente ocupado. No estúdio localizado em Z, Jorge percebeu que seu empregador estava reduzindo o seu trabalho, em relação aos demais editores de imagens, o que fez com que seu salário fosse de apenas R\$ 1.000,00, enquanto a remuneração dos demais se aproximava de R\$ 3.000,00.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A A transferência de Jorge para o estúdio localizado no município Z é ilícita.
- B A determinação para que Jorge retorne ao seu cargo efetivo, com a perda de seu cargo de confiança, é considerada alteração unilateral prejudicial, sendo, portanto nula de pleno direito.
- C Será total a prescrição para Jorge pleitear a declaração judicial de nulidade das alterações contratuais perpetradas por seu empregador.
- D O afastamento do empregado em razão do serviço militar não legitima qualquer alteração do contrato individual do trabalho de Jorge.
- E A redução dos serviços de Jorge é causa justa para a rescisão indireta de seu contrato individual de trabalho.

QUESTÃO 23

Renato trabalhava para a pessoa jurídica Argon, exercendo a função de coordenador de estratégias de *marketing*. Por sua reconhecida competência, Renato eventualmente prestava consultoria a outras empresas. Certa vez, ele foi contratado pelo prazo de um ano, com cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, para formar e organizar o departamento de *marketing* institucional da pessoa jurídica Tecon. Em 29/11/2005, Renato, ao retornar para sua casa, após a festa de casamento de um amigo, atropelou um transeunte, que faleceu momentos depois, em virtude dos ferimentos. Renato, por este fatídico incidente, foi condenado a dois anos de detenção, convertidos em prestação de serviços à comunidade, a ser cumprida, aos domingos, em hospital do município. No dia 30/7/2006, Renato foi demitido com alegação de justa causa, em virtude de sua condenação criminal. O termo de rescisão do contrato de trabalho de Renato foi homologado perante o sindicato da categoria, com as ressalvas pertinentes, tais quais horas extras, às quais Renato alega ter direito.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A No contrato por prazo determinado celebrado entre Renato e Tecon, se a empresa exercer o direito de rescisão, Renato terá direito à metade do que receberia se o contrato perdurasse até o final, mas não terá direito a aviso prévio.
- B Não beneficiará Renato o reajustamento salarial coletivo determinado no curso do aviso prévio.
- C Caso o aviso prévio de Renato seja indenizado, o pagamento das verbas rescisórias deverá ser feito até o sétimo dia, contado da data da notificação da demissão.
- D A condenação criminal de Renato é justa causa para a rescisão do contrato individual de trabalho.
- E A eficácia liberatória da quitação passada por Renato, com assistência do sindicato da categoria, somente será válida em relação às parcelas expressamente consignadas e especificadas no termo, não abrangendo as horas extras ressalvadas por Renato, bem como o reflexo desse adicional sobre outras parcelas, mesmo que estas constem do recibo.

QUESTÃO 24

Andréia possui curso superior em nutrição e trabalha como nutricionista no restaurante de determinado hotel, além de exercer a atividade de supervisora de câmara frigorífica, no mesmo estabelecimento empresarial. Andréia prestava constantemente serviços em sobrejornada. Em 23/4/2005, ela registrou sua candidatura para o cargo de suplente de dirigente sindical, perante o sindicato dos profissionais de nutrição. Em 30/6/2005, a chapa a que Andréia pertencia foi eleita, para o período 2005/2006. Em 19/2/2006, Andréia discutiu com seu superior hierárquico, agredindo-o verbal e fisicamente.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Em virtude da acusação de falta grave, Andréia poderá ser suspensa de suas funções até a decisão final do inquérito. Não sendo reconhecida a existência de falta grave, Andréia será readmitida ao serviço e receberá os salários acumulados a que teria direito durante o período em que permaneceu suspensa.
- Ⓑ Andréia não tem direito à estabilidade provisória, em virtude de pertencer a categoria profissional diferenciada, relativamente à atividade principal de sua empregadora.
- Ⓒ Se a atividade de supervisora de câmara frigorífica fosse incluída, em 15/3/2006, no quadro de atividades insalubres aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho nessas condições seriam devidos a partir dessa data.
- Ⓓ Andréia tem direito a um descanso de, no mínimo, quinze minutos, antes do início da atividade em sobrejornada.
- Ⓔ Se, após o inquérito para apuração de falta grave, for constatado que não há justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, e for desaconselhável a reintegração, em virtude do grau de incompatibilidade resultante da questão, o juiz determinará a conversão da reintegração em indenização, em valor correspondente ao dobro da indenização devida em razão de rescisão de contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.

QUESTÃO 25

Mariana trabalhava para determinado órgão federal, desde outubro de 1980, na função de técnica em circuito impresso, sob o regime jurídico celetista. Em abril de 2003, foi extinto o contrato individual de trabalho de Mariana, que passou a ser regida pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis Federais. Concomitantemente, Mariana trabalhava como professora para a pessoa jurídica Zeugma, que atua no ramo de cursos profissionalizantes. Entre agosto de 2000 e fevereiro de 2004, Mariana trabalhou como coordenadora do curso, fazendo jus a uma gratificação de 50% de sua remuneração normal, pelo exercício dessa função, que, todavia, nunca foi paga por Zeugma. Em janeiro de 2004, Mariana foi demitida sem justa causa por Zeugma, que pagou suas verbas rescisórias perante o sindicato da categoria, tendo Mariana ressalvado o não pagamento, na época oportuna, da gratificação pelo exercício da atividade de coordenação, no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, e o recolhimento irregular da contribuição do FGTS.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se Mariana ajuizar reclamação trabalhista, em janeiro de 2006, pleiteando o recebimento da gratificação pelo exercício da atividade de coordenadora, e forem declaradas prescritas as parcelas anteriores a janeiro de 2001, estará prejudicada a pretensão de condenação de Zeugma ao recolhimento da contribuição do FGTS, relativamente às parcelas prescritas.
- Ⓑ O prazo para que Mariana reclame contra o não recolhimento da contribuição do FGTS por Zeugma é de trinta anos a contar da data da extinção do contrato de trabalho.
- Ⓒ No tocante ao vínculo existente entre Mariana e o órgão da administração pública federal, a continuidade da relação jurídica, após a extinção do contrato individual de trabalho, mesmo que sobre outra base normativa, interrompe a fluência do prazo prescricional, relativamente a pretensões exurgidas durante a vigência do regime celetista, até o término da relação jurídica estatutária.
- Ⓓ Não haverá interrupção do prazo prescricional, se Mariana ajuizar reclamação trabalhista contra Zeugma e essa reclamação for arquivada.
- Ⓔ O FGTS incide apenas sobre o aviso prévio trabalhado.

QUESTÃO 26

No que concerne às atribuições da Corregedoria-Geral do Trabalho, à competência, às atribuições e à organização do Ministério Público do Trabalho, e à organização, composição, funcionamento e competência da justiça do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A justiça do trabalho é competente para dirimir controvérsias oriundas da relação de trabalho existente entre os trabalhadores portuários e o órgão gestor de mão-de-obra (OGMO).
- Ⓑ Um quinto dos juízes dos tribunais regionais do trabalho (TRTs) serão advogados com cinco ou mais anos de efetiva atividade profissional, brasileiros, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- Ⓒ É da justiça do trabalho a competência para julgar ação em que se discuta a regularidade de registro de entidade sindical.
- Ⓓ Caberá ao Procurador-Geral da Justiça do Trabalho defender a jurisdição dos órgãos da justiça do trabalho.
- Ⓔ Os procuradores do trabalho deverão funcionar perante os órgãos da justiça trabalhista nos litígios que envolvam interesses de incapazes.

QUESTÃO 27

Severino ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Beta, pleiteando a sua reintegração ao trabalho, em virtude de alegada estabilidade sindical. Na audiência de instrução, Severino constatou que o magistrado que a presidia era amigo íntimo do representante legal da reclamada. Durante a produção das provas orais, o magistrado indeferiu a produção das provas testemunhais pelo obreiro, e, após as razões finais das partes, reiterativas da inicial e resposta, declarou encerrada a fase instrutória. O próprio juiz que presidiu a audiência de instrução proferiu sentença, julgando improcedente o pedido formulado por Severino. Inconformado, Severino interpôs recurso ordinário. Nas contra-razões ao recurso ordinário, Beta requereu a juntada de documentos, que se encontravam em seu departamento de recursos humanos, que comprovavam que Severino pertencia a categoria diferenciada e que exercia na empresa atividade diversa da categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito. O recurso ordinário foi conhecido e provido, determinando a reintegração de Severino. Irresignada, Beta interpôs recurso de revista. Em suas contra-razões, Severino, além de outros argumentos, alegou que a guia do depósito recursal não continha o número de inscrição do PIS/PASEP do reclamante, requerendo fosse declarado deserto o recurso de revista.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Severino deverá argüir cerceamento de defesa, em virtude do indeferimento das provas testemunhais, no recurso ordinário, cabendo ao tribunal examinar o mérito da argüição.
- Ⓑ Se, na guia do depósito recursal, constarem outros elementos que possam identificar o beneficiário do depósito, a sua finalidade será atendida, não comprometendo a eficácia do ato processual praticado.
- Ⓒ Se Severino tivesse oferecido exceção de suspeição, da decisão que a julgasse não caberia recurso, podendo as partes impugnar o teor dessa decisão somente nas razões do recurso ordinário.
- Ⓓ Não tendo Severino alegado exceção de suspeição no momento em que tomou conhecimento do fato, não poderá mais argüi-la no curso da reclamação.
- Ⓔ Não sendo comprovado nenhum impedimento para a oportuna apresentação, incabível a juntada de documentos efetivada por Beta, durante a fase recursal.

QUESTÃO 28

Bruno ajuizou reclamação trabalhista, assistido por advogado do sindicato de sua categoria profissional, contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica X, pleiteando a condenação da reclamada ao pagamento de adicional indevidamente suprimido, bem como de honorários advocatícios, tendo comprovado que seu salário corresponde a 3 salários mínimos. Em sua contestação, X argüiu preliminarmente a prescrição total da pretensão de Bruno ou, por outros fundamentos, a prescrição parcial e, no mérito, a negativa de vínculo empregatício. A sentença de primeira instância acolheu a preliminar de prescrição total, julgando improcedente o pedido de Bruno. Irresignado, Bruno interpôs recurso ordinário. Nas contra-razões, X defendeu apenas a tese de prescrição total da pretensão do reclamante. O acórdão regional deu provimento parcial ao recurso de Bruno, condenando X ao pagamento do adicional suprimido, acolhendo a tese de prescrição parcial, não condenando X ao pagamento de honorários advocatícios. Não se conformando, X interpôs recurso de revista por divergência jurisprudencial e violação literal de lei federal. No prazo para a apresentação de contra-razões, Bruno interpôs recurso adesivo, requerendo a condenação de X em honorários advocatícios. O recurso de revista foi admitido parcialmente por divergência jurisprudencial, não sendo acolhida a tese de violação literal de lei federal.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A especificidade da divergência jurisprudencial idônea a satisfazer o juízo de admissibilidade é aquela que revela a existência de teses diversas, em tribunais diversos, na interpretação de um mesmo dispositivo legal, quando aplicados a situações fáticas idênticas.
- Ⓑ É incabível a condenação de X ao pagamento de honorários advocatícios, salvo provada a miserabilidade jurídica.
- Ⓒ A interposição de recurso adesivo somente é cabível se a matéria nele vinculada estiver relacionada com a do recurso de revista interposto por X.
- Ⓓ Apesar de não ter sido objeto das contra-razões apresentadas por X, o acolhimento da tese de prescrição parcial pelo acórdão regional se deu em virtude do efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário.
- Ⓔ A admissibilidade parcial do recurso de revista pelo juiz presidente do TRT não impede a apreciação integral dos pressupostos de admissibilidade pela turma do TST, sendo incabível a interposição de agravo de instrumento.

QUESTÃO 29

Fernanda ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Ômicron, pleiteando o reconhecimento do vínculo empregatício e consectários legais advindos dessa declaração. Fernanda deu à causa o valor de R\$ 3.500,00.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A demanda não será submetida ao procedimento sumaríssimo se Ômicron for uma empresa pública.
- Ⓑ As provas a serem produzidas durante a audiência deverão ser requeridas previamente.
- Ⓒ Se, durante a audiência de instrução e julgamento, não comparecer uma das testemunhas de Fernanda e ela demonstrar, por documento assinado e com firma reconhecida, que a testemunha foi convidada para a audiência, o juiz determinará sua intimação.
- Ⓓ Não comparecendo Ômicron à audiência de instrução e julgamento, realizada após a audiência de instalação da *litiscontestatio*, o magistrado não poderá considerar a prova já constituída nos autos, para confrontá-la com a confissão ocorrida.
- Ⓔ Havendo acordo entre as partes litigantes e sendo este homologado por sentença, o INSS somente deverá ser intimado no caso de o acordo homologado contemplar parcela de natureza salarial.

QUESTÃO 30

Reginaldo teve sua pretensão julgada procedente em sentença judicial transitada em julgado, na qual foi condenada sua antiga empregadora ao pagamento de R\$ 27.000,00, a título de verbas rescisórias, conforme valor apurado durante a fase de liquidação da sentença. Em face da inadimplência da reclamada em cumprir espontaneamente o comando sentencial, Reginaldo iniciou o procedimento executivo. Devidamente citada, a executada não pagou nem nomeou bens à penhora. O exequente, por outro lado, indicou alguns bens pertencentes à executada, entre eles valores depositados em conta-corrente de titularidade da executada, que foram penhorados, mas que não eram suficientes à satisfação da dívida. Em outro momento, o exequente descobriu que uma de suas sócias havia constituído uma clínica odontológica em município localizado em outro estado da federação. Reginaldo requereu, então, que a execução se desse por carta precatória, o que foi deferido. No cumprimento da carta precatória, foram penhorados equipamento de raios X e cadeiras odontológicas do estabelecimento empresarial da sócia da executada. A sócia da executada ajuizou embargos de terceiro, alegando unicamente a nulidade da penhora.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência para julgar os embargos de terceiro aforados é do juízo deprecante.
- Ⓑ Caso se tratasse de execução provisória, a penhora dos valores depositados na conta-corrente não feriria direito líquido e certo da executada, ainda que outros bens, suficientes à satisfação da dívida, fossem nomeados à penhora.
- Ⓒ Se, após a realização da penhora dos valores depositados em conta-corrente, a empregadora apresentar outros bens, garantindo, assim, a execução, a executada poderá opor embargos à execução, momento em que poderá impugnar a sentença de liquidação.
- Ⓓ Os bens penhorados deverão ter expressão econômica suficiente para pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes incidentes a partir do trânsito em julgado da sentença.
- Ⓔ Os bens penhorados não são passíveis de remição.

QUESTÃO 31

Paulo ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Jota. Em audiência inaugural, foi celebrado acordo, no qual Jota se obrigava ao pagamento de R\$ 15.000,00 para Paulo, divididos em 15 parcelas de R\$ 1.000,00 cada, de natureza salarial. Ocorre que Jota somente pagou as 2 primeiras parcelas, permanecendo inadimplente por 3 meses consecutivos, momento em que Paulo iniciou procedimento executivo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A justiça do trabalho não é competente para executar as contribuições previdenciárias originadas em acordo homologado por sentença, que contenha parcelas integrantes do salário-de-contribuição.
- Ⓑ Em se tratando de prestações sucessivas por tempo determinado, o não-pagamento de qualquer das prestações não importará no vencimento antecipado integral da dívida remanescente.
- Ⓒ Nos atos de encerramento da execução realizada por Paulo, tendo sido penhorados e avaliados bens do executado, a arrematação será feita, em primeira praça ou leilão, pelo preço da avaliação, e, em segunda praça ou leilão, pelo maior lance.
- Ⓓ No caso em questão, os descontos previdenciários serão calculados tomando-se por base o valor mensal das parcelas e não o valor integral, correspondente ao somatório de todas as parcelas, observado o limite máximo do salário de contribuição.
- Ⓔ A execução dos créditos previdenciários devidos em decorrência da sentença homologatória do acordo judicial dependerá de manifestação do INSS, que será devidamente intimado por via postal.

QUESTÃO 32

Primeira situação: Maria ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Ômega, que atua no ramo de administração e serviços de hotelaria, pleiteando a sua reintegração ao trabalho, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, com base na assertiva de estabilidade provisória, em virtude de seu estado gravídico, bem como equiparação salarial. O juiz do trabalho, ao analisar a questão, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Não se conformando, Maria impetrou mandado de segurança.

Segunda situação: Após o trânsito em julgado de sentença condenatória, o reclamante iniciou o procedimento de execução contra o reclamado, seu antigo empregador. Devidamente citado para pagar o débito, o executado não se manifestou. Não tendo encontrado bens pertencentes ao executado, o exequente requereu a penhora *online* por intermédio do Banco Central do Brasil, para bloqueio de valores pertencentes ao executado em contas bancárias e investimentos de sua titularidade. Tendo sido localizados, foi efetivada a penhora dos valores, com a transferência do montante a uma conta-corrente à disposição do juízo. O executado, não se conformando, ajuizou embargos à execução, que foram julgados improcedentes. Persistindo a irresignação, o executado interpôs recurso de agravo de petição, impugnando os valores de algumas verbas devidas, deixando tácita a concordância com as demais verbas.

Com base nessas duas situações hipotéticas, assinale a opção **incorreta**.

- A Na primeira situação, o mandado de segurança impetrado por Maria, contra a decisão que indeferiu seu pedido de antecipação dos efeitos da tutela, perderá seu objeto se, antes de ser julgado o pedido mandamental, for proferida sentença nos autos originários.
- B No mandado de segurança, ante a exigência de que a prova documental seja constituída previamente, a falta de documento que represente requisito indispensável para o regular processamento do *mandamus* importará na extinção do processo, sem resolução de mérito.
- C Na segunda situação hipotética, a matéria e os valores que não foram objeto de impugnação por intermédio do agravo de petição interposto poderão ser executados, não ferindo direito líquido e certo o prosseguimento da execução somente em relação aos valores não especificados no agravo.
- D Quanto à segunda hipótese fática, não é cabível mandado de segurança contra decisão que determina a penhora *online* de conta-corrente de titularidade do executado, mesmo que sejam posteriormente apresentados outros bens que, conforme avaliação, sejam suficientes para a satisfação do débito.
- E No que concerne à segunda situação fática, enquanto houver impugnação a respeito do *quantum debeatur*, o dinheiro penhorado deverá permanecer na conta bancária de titularidade do executado, sob pena de ferir direito líquido e certo, que determina que a execução seja realizada do modo menos gravoso ao executado.

QUESTÃO 33

No que concerne às ações cíveis admissíveis no processo trabalhista, à ação civil pública, às tutelas cautelares no direito processual do trabalho e à correição parcial, assinale a opção correta.

- A É cabível a ação de consignação em pagamento perante a justiça do trabalho, quando o trabalhador falecer deixando saldo de salário e seus herdeiros forem desconhecidos.
- B A ação civil pública, no âmbito da justiça do trabalho, tem por objeto a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais e coletivos. Por conseguinte, é correto concluir que a ação civil pública é cabível para veicular pretensão que envolva o recolhimento de contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- C As associações sindicais, sem qualquer ressalva, possuem legitimidade para ajuizar ação civil pública.
- D É incabível no processo trabalhista a medida cautelar, prevista no Código de Processo Civil, denominada seqüestro.
- E A antecipação dos efeitos da tutela, concedida na sentença de mérito, pode ser impugnada por intermédio da correição parcial.

QUESTÃO 34

O sindicato de determinada categoria profissional, seis meses antes do término da vigência de acordo coletivo de trabalho, provocou a pessoa jurídica contratante para negociarem o acordo substitutivo. Sem qualquer justificativa, a pessoa jurídica negou-se a participar da negociação coletiva.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O não comparecimento da pessoa jurídica ao local e hora designados pelo sindicato, para negociar o acordo substitutivo, compreende recusa tácita, o que legitima por si só a instauração de instância.
- B A legitimação para instauração da instância, em dissídios coletivos, em que não ocorrer suspensão do trabalho, é sempre do sindicato representativo da categoria econômica. A falta deste sindicato não poderá ser suprida por nenhuma outra associação sindical, mesmo que pertencente à mesma categoria profissional, de mesmo grau ou grau superior.
- C Para a instauração da instância em dissídio coletivo, o sindicato da categoria deverá convocar assembléia para deliberação, cuja aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta de membros associados interessados na solução do litígio, ou seja, 50% de seus membros acrescido de 1 voto.
- D Se forem estabelecidas condições mais favoráveis em convenção coletiva de trabalho, da qual for signatário o referido sindicato, essas condições prevalecerão sobre as estipuladas no acordo coletivo de trabalho.
- E Se não existisse acordo coletivo de trabalho anterior, a sentença normativa que julgar o dissídio coletivo vigorará 60 dias após a data de sua publicação.

QUESTÃO 35

Fernando ajuizou reclamação trabalhista contra seu antigo empregador, a pessoa jurídica Taute, e a pessoa jurídica Ficus, adquirente do estabelecimento empresarial de Taute, pleiteando o pagamento de verbas rescisórias que acredita devidas, além de equiparação salarial. Ficus não compareceu à audiência inaugural, tendo sido decretados os efeitos da revelia. Taute, em sua contestação, argüiu preliminar de ilegitimidade de parte, alegando que a responsabilidade pelo pagamento das verbas rescisórias de Fernando era da pessoa jurídica Ficus, que arrematou o estabelecimento empresarial de Taute, assumindo todo o passivo da empresa. Em sua defesa direta de mérito, argüiu inexistência de vínculo empregatício, com base na assertiva de que Fernando era autônomo e exercia a função de representante comercial de Taute. No tocante ao pedido de equiparação salarial, Taute argumentou que o trabalho desempenhado por Fernando e o paradigma não possuíam a mesma qualidade técnica, o que justificava a diferenciação. A sentença de primeira instância julgou procedente o pedido de Fernando, condenando Taute ao pagamento de verbas rescisórias, em valor inicialmente arbitrado de R\$ 20.000,00, e acolheu o pedido de equiparação. Taute recorreu, insistindo apenas na tese de ilegitimidade passiva *ad causam* e na inexistência de vínculo empregatício. Todavia, o TRT manteve a sentença monocrática, não dando provimento ao recurso de Taute. Não se conformando, Taute interpôs recurso de revista. O recurso de revista foi admitido pela presidência do TRT. Entretanto, em sede de segundo juízo de admissibilidade, o ministro relator considerou que a tese aventada confrontava com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais I, decidindo pelo não conhecimento do recurso de revista.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A O prazo decadencial para a ação rescisória, no caso em comento, terá seu início a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.
- B A competência para julgamento da ação rescisória será do TRT, no tocante à pretensão de equiparação salarial, e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no que concerne ao pedido de condenação ao pagamento de verbas rescisórias.
- C Para que seja suprido o requisito do prequestionamento exigido como pressuposto da ação rescisória, faz-se necessária a demonstração de que a tese foi debatida na ação, sem a necessária indicação do dispositivo reputado violado.
- D No ato do aforamento da ação rescisória, a decisão rescindenda já deve estar transitada em julgado, não convalidando a ação proposta o eventual trânsito em julgado posterior ao ajuizamento da ação.
- E Não será cabível ação rescisória para invalidação da confissão ficta operada contra a pessoa jurídica Ficus.

QUESTÃO 36

Considerando os mecanismos de solução de conflitos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

- A O locaute é uma das formas heterônomas de resolução de conflitos coletivos de trabalho, atuando, no conflito, como instrumento de pressão para o encontro de solução mais favorável ao empregador.
- B Conflitos interindividuais e conflitos coletivos de trabalho são conceitos distintos, pois os primeiros não envolvem comunidades específicas de trabalhadores e empregadores, mas o confronto entre as partes contratuais trabalhistas isoladamente consideradas.
- C Ao atribuir à justiça do trabalho a competência para conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, a Constituição Federal implicitamente excluiu do direito pátrio a possibilidade de utilização de mecanismos como a mediação e o juízo arbitral para a solução de tais conflitos.
- D Ao estabelecer que ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato, a Constituição Federal permitiu negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores sem a participação dos sindicatos.
- E A proteção contra a dispensa imotivada de ocupante de cargo de direção ou representação sindical é restrita aos membros efetivamente eleitos, não alcançando o empregado sindicalizado que tenha registrado a sua candidatura a cargos de tal natureza.

QUESTÃO 37

Acerca do direito coletivo ou sindical, assinale a opção correta.

- A Segundo entendimento do TST, a garantia de inamovibilidade do dirigente sindical impede a sua transferência ainda que com ela o dirigente aquiesça.
- B Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado podem corresponder ao total do salário-base percebido pelo empregado.
- C A extinção da atividade empresarial na base territorial do sindicato torna insubsistente a estabilidade provisória do dirigente sindical.
- D A contribuição confederativa de que trata o art. 8.º, IV, da Constituição Federal, também é exigível dos empregados não filiados ao sindicato respectivo, por constituir exceção criada pela própria Carta.
- E É legítima a cláusula de convenção coletiva que prevê a cobrança de taxa de homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

QUESTÃO 38

A respeito das espécies de dissídios coletivos, assinale a opção correta.

- A Os dissídios de natureza econômica, em regra, não criam novas normas ou condições de trabalho, restringindo-se à interpretação de cláusulas salariais já vigentes.
- B Os dissídios de natureza jurídica são, na verdade, ações constitutivas com o propósito de estabelecer direitos até então não contemplados nos instrumentos anteriores.
- C Os dissídios originários são aqueles que versam interesses de caráter nacional e, por isso, são da competência originária do TST.
- D Os dissídios coletivos podem ser de revisão. Nesse caso, destinam-se a reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes que se hajam tornado injustas ou ineficazes pela modificação das circunstâncias que a ditaram.
- E O TST não admite como modalidade autônoma de dissídio coletivo a declaração sobre a paralisação do trabalho.

QUESTÃO 39

No referente aos pressupostos e condições do dissídio coletivo, assinale a opção correta, considerando o texto constitucional e a legislação aplicável.

- A Uma das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 à redação originária do art. 114 da Constituição Federal foi a concordância das partes quanto ao ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica.
- B Entre os argumentos daqueles que defendem a negociação coletiva prévia como pressuposto processual do dissídio coletivo, figura a falta de interesse de agir do suscitante, que poderia obter o bem da vida reivindicado sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- C Para a propositura do dissídio coletivo, é desnecessária a comprovação da frustração da negociação coletiva prévia, bastando, para tanto, que o suscitante alegue a sua impossibilidade.
- D O sindicato profissional tem legitimidade para requerer pronunciamento judicial sobre greve por ele realizada.
- E É juridicamente possível o pedido, em dissídio coletivo, para que cláusula estabeleça vinculação da remuneração à quantidade de salários mínimos que representa.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta.

- A Não compete ao tribunal prolator a iniciativa para a revisão da decisão que fixar condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que ditaram tal decisão.
- B O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade ainda que exerça na empresa atividade que não seja pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- C O edital de convocação da assembléia geral da categoria não constitui documento essencial ao ajuizamento do dissídio coletivo.
- D Não é devida multa por descumprimento de obrigação inserida em sentença normativa, convenção ou acordo coletivo que represente mera repetição de obrigação já prevista na CLT.
- E Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure apenas uma fração de empregados de uma empresa, é possível ao tribunal competente a aplicação de equidade para estender tais condições aos demais empregados.

QUESTÃO 41

Considere que, após a morte de Cláudio, seus familiares tenham procurado a previdência social para promoverem a inscrição como dependentes do *de cujus* a fim de requererem os benefícios a que têm direito. Nessa situação, é exigível prova de dependência econômica para a inscrição de

- A filho inválido com mais de 21 anos.
- B enteado menor de 18 anos.
- C companheira, desde que apresente a certidão de casamento do falecido com averbação da separação judicial ou divórcio, ou que tenha prole em comum.
- D filho menor de 21 anos, mesmo que ocupe emprego público efetivo.
- E filha solteira com mais de 21 anos, desde que esteja desempregada.

QUESTÃO 42

Não é segurado empregado da previdência social

- Ⓐ brasileiro que trabalhe para a União no exterior, em organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, domiciliado e contratado fora do Brasil, e não segurado da previdência social do país em que esteja trabalhando.
- Ⓑ brasileiro domiciliado no Brasil, mas ajustado para trabalhar em sucursal de uma grande empresa de mineração brasileira no exterior.
- Ⓒ brasileiro domiciliado e ajustado no Brasil para trabalhar em empresa importadora de equipamentos de informática, com sede no exterior, mas cuja maioria do capital votante pertença a grande empresa brasileira de capital nacional.
- Ⓓ brasileiro que trabalhe na Bélgica, em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, contratado e domiciliado naquele país, e que não esteja vinculado ao regime de previdência social belga.
- Ⓔ brasileiro que preste serviço, no Brasil, a missão diplomática belga, tenha residência permanente no país, e que não esteja amparado pela legislação previdenciária belga.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correspondente a segurado que **não** se enquadra como contribuinte individual da previdência social.

- Ⓐ Pessoa física que, por meio de inscrição no OGMO, exerce atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparo de pequena monta e serviços correlatos.
- Ⓑ Cidadão brasileiro que esteja cumprindo pena no regime semi-aberto e, nessa condição, preste serviço fora da unidade penal a diversas empresas com a intermediação da organização carcerária.
- Ⓒ Titular de cartório que recebeu a delegação da atividade notarial por meio de concurso público em 1998, não sendo remunerado pelos cofres públicos.
- Ⓓ Indivíduo cooperado em uma cooperativa de produção que organiza a fabricação e a distribuição de redes em determinado estado do Nordeste brasileiro, que presta serviço à cooperativa e a terceiros mediante remuneração ajustada ao trabalho executado.
- Ⓔ Pastor de uma seita evangélica, desenvolvendo diversas atividades religiosas na comunidade a que pertence, que receba remuneração do grupo administrativo da seita.

QUESTÃO 44

De acordo com a normatização previdenciária, **não** integra a base de cálculo de contribuição o(a)

- Ⓐ vale-transporte pago em pecúnia por empresa de conservação e limpeza.
- Ⓑ complementação ao valor do auxílio-doença paga apenas aos empregados expostos a agentes nocivos.
- Ⓒ valor das contribuições efetivamente pagas pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar fechada ou aberta, disponível a todos os empregados do setor financeiro.
- Ⓓ valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho com a finalidade de prestar os respectivos serviços.
- Ⓔ participação nos lucros ou resultados da empresa, sendo possível o parcelamento em no máximo quatro vezes no mesmo ano civil, independentemente de acordo ou convenção coletiva.

QUESTÃO 45

Com relação aos benefícios da previdência social, julgue os próximos itens.

- I Dada a natureza protetiva da previdência social, o auxílio-doença é devido ao segurado que se filie ao regime geral já portador de doença ou lesão que possa ser invocada como causa de benefício.
- II Considere a seguinte situação hipotética.
Geraldo é aposentado por invalidez pela previdência social e, em função do grau de sua incapacidade, necessita que uma pessoa lhe preste assistência permanente, auxiliando-o em uma série de situações.
Nessa situação, seu benefício, mesmo sendo equivalente ao valor máximo permitido pela lei, será acrescido de 25% a fim de auxiliá-lo no pagamento das despesas de assistência.
- III Para efeito de caracterização, doenças degenerativas e doenças inerentes ao grupo etário não são consideradas doenças de trabalho.
- IV Considere a seguinte situação hipotética.
Solange, professora de ensino médio aposentada, retornou à atividade como diretora de uma pequena escola em sua vizinhança. Dada essa condição, é considerada novamente contribuinte obrigatória para a previdência social.
Nessa situação, caso venha a adotar criança carente recém-nascida, cuja mãe falecida já tenha recebido o salário-maternidade, não terá direito a este benefício.
- V A doença do trabalho, de acordo com a legislação, é resultado das condições especiais em que um trabalho é realizado, e está diretamente relacionada com ele, devendo constar na relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

QUESTÃO 46

Considerando-se que a perda da qualidade de beneficiário implica o não recebimento das prestações de direito, assinale a opção **incorreta**, com base na legislação previdenciária.

A Considere que Raul está em gozo de auxílio-doença. Nesse caso, enquanto essa situação perdurar, sua condição como segurado da previdência social será mantida.

B Considere a seguinte situação hipotética.
Gerson, empregado de uma grande empresa de energia, foi processado, julgado por prática de infração criminal e condenado a cumprir 6 anos de reclusão. Após sujeitar-se a mais de 36 meses da pena, obteve livramento condicional.
Nessa situação, sua qualidade de beneficiário será mantida durante os 12 meses seguintes ao livramento.

C Considere que Gilmar, síndico de um condomínio residencial, sem remuneração, tenha promovido sua inscrição na previdência social. Nessa situação, caso venha a deixar de contribuir por 6 meses consecutivos, perderá a qualidade de segurado da previdência.

D Considere a seguinte situação hipotética.
Claudemir, durante doze anos e meio, contribuiu para a previdência social, contudo, amargou desemprego por 48 meses.
Nessa situação, se Claudemir voltar a trabalhar como empregado, para fazer jus à aposentadoria por idade, caso preencha os demais requisitos, deverá contribuir durante mais 30 meses.

E Considere a seguinte situação hipotética.
Maria divorciou-se de Arnaldo, passando a receber alimentos. Posteriormente, Arnaldo, que se encontrava em união estável com Miriam, sem ter filhos de ambos os relacionamentos, faleceu.
Nessa situação, tanto Maria quanto Miriam têm direito à pensão por morte.

QUESTÃO 47

Julgue os itens a seguir, relativos ao auxílio-acidente, segundo o ordenamento jurídico em vigor.

- I O auxílio-acidente é concedido como indenização ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem em seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- II O auxílio-acidente mensal corresponde a 50% do salário-benefício.
- III O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com a aposentadoria do tipo invalidez.
- IV Após o início do benefício, o recebimento de salário prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
- V O segurado desempregado não terá direito ao auxílio-acidente, mas poderá receber auxílio-doença, desde que cumpra os requisitos da legislação.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e V.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e IV.
- E** III, IV e V.

QUESTÃO 48

Considerando as disposições constitucionais acerca da previdência social, assinale a opção **incorreta**.

- A** De acordo com as características de determinado setor da economia, inclusive em relação à maior necessidade de utilização de mão-de-obra, as contribuições sociais incidentes sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas.
- B** As entidades de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, são isentas das contribuições para a seguridade social.
- C** A imunidade dos aposentados e pensionistas refere-se à não incidência em relação ao recebimento de benefício, não contemplando a hipótese de o aposentado retornar ao trabalho, situação que determinará a cobrança de contribuição em relação a esta nova atividade.
- D** A contribuição do segurado especial, beneficiando, inclusive, os respectivos cônjuges, é feita mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, e seus beneficiários farão jus aos benefícios que a lei determinar.
- E** Não ofende os princípios da seguridade social a possibilidade de se criar um sistema de inclusão previdenciária com alíquotas e carências inferiores às vigentes.

QUESTÃO 49

Assinale a opção cujo enunciado se opõe à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- A** Para efeito da obtenção de benefício previdenciário, a prova exclusivamente testemunhal não basta para a comprovação da atividade rural.
- B** O auxílio-creche integra o salário-de-contribuição.
- C** O segurado vítima de novo infortúnio faz jus a um único benefício somado ao salário de contribuição vigente no dia do acidente.
- D** O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço se recolher contribuições facultativas.
- E** Tem direito de retornar ao emprego, ou ser indenizado em caso de recusa do empregador, o aposentado que recupera a capacidade de trabalho dentro de cinco anos, a contar da aposentadoria, que se torna definitiva após esse prazo.

QUESTÃO 50

Considerando a ordem social traçada e propugnada pela Constituição Federal de 1988, em relação à seguridade social, julgue os itens a seguir.

- I** O princípio-objetivo da equidade na forma da participação do custeio é equivalente em conteúdo à capacidade contributiva, tendo em vista a inequívoca natureza tributária das contribuições sociais.
- II** No tocante à previdência social, a universalidade da cobertura e do atendimento, dada a natureza diferenciada desse subsistema, opera no campo da universalidade de participação nos planos previdenciários de custeio e benefícios.
- III** Apesar de não estar expresso no Título da Ordem Social, a solidariedade é um princípio que irradia seus efeitos no sistema de seguridade social e em toda a sociedade.
- IV** Considerando a diversidade da base de financiamento, é correto afirmar que as fontes de custeio não se limitam às bases econômicas já expressas na Constituição, sendo possível a tributação de novas manifestações de riqueza, bastando, para isso, lei ordinária.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0.
- B** 1.
- C** 2.
- D** 3.
- E** 4.